

MISSÃO SOLIDÁRIA: POVOS E COMUNIDADES TRACIONAIS DO VALE DO RIBEIRA SP/PR

*Visibilidade para os danos
socioambientais causados por
grandes empreendimentos aos
povos, comunidades tradicionais e
comunidades atingidas pela mineração*

2024



Sumário

Apresentação	03
Participantes da Missão	05
Visita ao Quilombo Porto Velho	07
Visita ao município de Adrianópolis	11
Visita ao bairro Vila Bela	15
Visita ao Quilombo André Lopes	21
Recomendações e Conclusões	24
Clipping	26
Anexo	27
Dados geográfico e históricos do Vale do Ribeira SP/PR	

Expediente

Comissão Especial para Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Presidente da CEEM: Dom Vicente Ferreira

Membros da comissão: dom Edson Damian, dom Gabriele Marchesi, dom Norberto Foerster e dom Francisco Cota

Assessores: Padre Dário Bossi, Moema Miranda, frei Rodrigo Peret, Roberto Malvezzi (Gogó)

Apoio de relatoria: Miriam Bernadete de Souza/ Vivat Brasil

Fotos: Cláudia Pereira / APC

Diagramação: Mateus Leal

Sede: SE/Sul Quadra 801 Conjunto “B” Brasília - DF

APRESENTAÇÃO

Apresentamos, neste relatório, mais uma missão da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Esta Comissão (CEEM) foi criada em 2019, dando continuidade e desenvolvimento a um Grupo de Trabalho anterior, com a missão de consolidar uma maior presença da Igreja ao lado de comunidades ameaçadas ou afetadas pelo extrativismo predatório. Cabe à Comissão, também, subsidiar com informações e aprofundamentos teológico-pastorais o ministério dos bispos da CNBB e oferecer às Igrejas locais uma assessoria pastoral específica sobre Ecologia Integral e os desafios do modelo econômico extrativista.

A CEEM oferece formação, pesquisas e outros materiais de aprofundamento, favorecendo também o intercâmbio e a articulação entre as igrejas locais, bem como a interação com os movimentos populares e as redes, com destaque para a rede ecumênica Igrejas e Mineração.

Uma das maneiras mais diretas e concretas com que a Comissão se encontra com as comunidades e lhes oferece apoio são as missões de visita, observação e solidariedade, em regiões onde existam impactos provocados pela mineração e/ou outros grandes projetos.

As missões acontecem em regiões onde a Igreja local está significativamente comprometida na defesa da vida e dos direitos das comunidades ameaçadas ou atingidas por violações socioambientais; em diversos casos, líderes da Igreja ou das comunidades e da sociedade civil organizada vêm sendo ameaçados por causa de seus posicionamentos, como defensores/as de direitos.

A primeira missão da CEEM foi realizada nos dias de 18 a 21 de dezembro de 2023, junto ao povo indígena Ka'apor, no Maranhão. Resultados desta missão foram reportagens na televisão e nas rádios, entrevistas, um ofício ao Ministério Público do Maranhão e um relatório final da missão. Tratou-se de uma importante forma de apoio à Igreja do Maranhão, especialmente ao Conselho Indigenista Missionário e à Pastoral Indigenista da Diocese de Zé Doca.

A segunda missão foi organizada para acontecer no primeiro semestre de 2024; escolheu-se o Vale do Ribeira, a partir dos pedidos de apoio da Igreja local, especialmente de congregações religiosas e organizações populares particularmente empenhadas ao lado de comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades nas periferias urbanas, todos afetados por projetos de mineração.

Participantes da Missão:

Dom Norbert Hans Christoph Foerster, SVD

Bispo da Diocese de Ji-Paraná/RO e Membro da Comissão Episcopal Especial para Ecologia Integral e Mineração da CNBB (CEEM)

Padre Dário Bossi, MCCJ

Assessor da Comissão Episcopal para a Ação Sociotransformadora e da CEEM

Padre José Boeing, SVD

Membro de Vivat Internacional-Brasil, da Rede Eclesial Pan-Amazônica e da Rede Vida por um Fio

Ir. Michael Mary Nolan, SC

Advogada e Presidente do Instituto Terra, Cidadania e Trabalho; membro da Vivat Internacional-Brasil

Ir. Petronella Maria Boonen, SSpS

Membro de Vivat Internacional – Brasil e do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo/SP

Ir. Sueli Berlanga, CSC

Congregação das Irmãs da Santa Cruz

Ir. Elizângela Matos dos Santos, CSC

Congregação das Irmãs da Santa Cruz

Ir. Juliana Santos Sousa, CSC

Congregação das Irmãs da Santa Cruz

Jussara Rezende

Missionária do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)

Cláudia Pereira

Jornalista - Articulação das Pastorais do Campo

Miriam Bernadete de Souza

Leiga a serviço da Comunicação de Vivat International - Brasil
Assessora em Projetos Institucionais – Pastoral Carcerária Nacional/CNBB

João Trevisam

Membro do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

Entidades e organizações que compuseram ou apoiaram a missão:

CEEM: Comissão Episcopal Especial para Ecologia Integral e Mineração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

EAACONE: Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira

Cimi: Conselho Indigenista Missionário

MAM: Movimento pela Soberania Popular na Mineração

VIVAT International /Brasil: Rede de Congregações Religiosas

APC: Articulação das Pastorais do Campo

Rede Vida por um Fio

Instituto Terra, Cidadania e Trabalho

Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo/SP

Grupo Formigas de Adrianópolis/PR

Comissão Justiça e Paz – Vale do Ribeira

Lideranças dos Quilombos

A missão foi realizada entre os dias 20 e 22 de abril de 2024 na região do Vale do Ribeira SP/PR. A delegação esteve reunida com representantes de comunidades quilombolas, caiçaras, indígenas e comunidades atingidas por barragens na região. A região que fica no sul do estado de São Paulo e faz divisa com o estado do Paraná, possui dezenas de povos e comunidades tradicionais e são impactados pelos grandes empreendimentos de mineração.

CAMINHOS PERCORRIDOS

DURANTE A MISSÃO - ABRIL DE 2024

20

Sábado

Manhã

Visita ao Quilombo Porto Velho, no município de Iporanga (SP)

Tarde

Visita à Mineradora Plumbum (extinta) e às comunidades impactadas pela empresa Supremo Secil Cimentos (em atividade)

21

Domingo

Manhã

9h - Visita à população de Vila Bela, no município de Adrianópolis (PR)

Tarde

Formação junto às comunidades locais sobre impactos da mineração e resistência

22

Segunda

Manhã

Visita ao Quilombo André Lopes, no município de Eldorado/SP

Tarde

Visita a dom Manoel Ferreira dos Santos, bispo de Registro (SP)

Sábado, 20 de abril de 2024

1

VISITA AO QUILOMBO PORTO VELHO

 + 958 mil hectares

 30 famílias



1.1 Contexto geográfico e histórico

O Quilombo Porto Velho abrange os municípios de Itaóca e Iporanga/SP, com 958,2925 hectares, reconhecido pelo Processo INCRA 54.190.01281/2005-70. Com o apoio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp, responsável pelo Relatório Técnico-Científico (RTC), e com a assessoria jurídica das Irmãs de Santa Cruz, em 31/08/2001, foi criada a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Porto Velho - registrada em 2002. O quilombo é resultado da luta pela terra.

A comunidade, composta por 30 famílias, vive o avanço dos desastres ambientais. Quase 2/3 já foram desmatados por fazendeiros, para pastagem.¹ Os quilombolas cultivam cereais; desenvolvem apicultura; criação de pequenos animais; horta e fábrica de farinha de mandioca. Agricultura de subsistência e para pequenos comércios locais.

Diante desse quadro de sustentabilidade natural, o que mais preocupa o Quilombo é a titulação de suas terras e o avanço das concessões para mineração.

Quase 2/3 já foram desmatados por fazendeiros



¹ <https://www.quilombosdoribeira.org.br/portovelho/territorio>: consulta 02/05/2024:20h59



1.2 Conflitos, violações e reivindicações apresentados pelas comunidades

As principais lutas do quilombo perpassam pelo campo histórico, socioeconômico e cultural. O avanço de invasores em seu território os obriga a estarem em constante alerta. Esse procedimento é confirmado pela agenda de reuniões no interno do quilombo e com a rede de apoio às comunidades nativas. A preocupação e o medo da população do Quilombo Porto Velho não interrompem a força e esperança em fortalecer a unidade das suas famílias e as do entorno para pautas comuns.

Algumas das principais reivindicações dos quilombolas são:

- Obtenção do direito de fala e de ação junto aos órgãos do Poder Público, em todas as esferas, para que suas reivindicações se tornem legítimas;
- Aquisição da titulação de suas terras, conforme reza a Constituição Federal 1988, partindo do princípio de que o território deve ser demarcado nos limites de onde os quilombolas o reconhecem;
- Preservação do patrimônio ambiental como fonte de recursos para a sobrevivência atual e para as futuras gerações - sem a presença de projetos minerários que avançam no Quilombo Cangume e Porto Velho, com 6 pedidos de concessão para exploração de jazidas de ouro, galeno e chumbo. Pois, se autorizadas, haverá destruição e contaminação de quatro importantes nascentes de água e prejudicará a produção interna de subsistência do quilombo;
- Reavaliação dos projetos de plantação de pinus, que estão provocando invasões, ameaças e violência em alguns quilombos; e, junto com o pinus, chegam madeireiras, mineradoras e barragens;
- A manutenção da agricultura de subsistência, sem a interferência do agronegócio, que já vem contaminando as plantações na região; paralisação de culturas como pinus por não serem nativas, tornando-se uma praga na terra;
- Permanência da escola de ensino básico regular, dentro do quilombo, para proteger a cultura e as tradições quilombolas; sem aliciamento dos jovens para projetos extrativistas e consumistas; os quais exploram a mão de obra infante-juvenil;
- Manutenção do poder de segurança no território para proteção, principalmente, das meninas;
- Preservação do patrimônio cultural dos quilombolas: seus costumes produtivos, alimentares, religiosos, a ressignificação da vestimenta; o fortalecimento do repertório artístico.

Todas essas reivindicações confrontam-se com projetos governamentais de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, a curto, médio e longo prazos.

Alguns testemunhos

“A presença da CEEM e demais organizações contribuem para mostrar o novo modelo de escravidão que os quilombos sofrem diariamente”

Oswaldo dos Santos

“O quilombola nunca foi escravo, porque não tem lógica falar que um quilombola escravo, porque naturalmente ele sempre fugiu da escravidão. A ocupação se deu nessas datas [1530] justamente por fugir da mineração. E é a mesma mineração que hoje incomoda”.

Oswaldo dos Santos

“Três frentes do extrativismo predatório com que é difícil lidar: mineração, madeireiras e baragens. Vão sendo apresentados para a população os projetos particularizados, individualizados, mas é uma coisa só”.

Ir. Sueli Berlanga

“Esses empreendimentos ameaçam a extinção praticamente de todos os territórios dos quilombolas do Vale”.

Oswaldo dos Santos



“a questão da mineração é uma questão tão séria, e é levada para a escola. Lá começam a discutir o quanto ela é boa. Eles querem educar nossas crianças para que não lutem pelo território. Porque a primeira coisa que eles fazem é desmobilizar toda a nossa organização, para que as crianças se ponham em dúvida”

Vanilda Donato dos Santos

“Os pedidos de mineração no Alto Ribeira não são poucos: são 129 (Adrianópolis, Cerro Azul, Apiaí, Itaóca, Porto Velho). Alguns estão dentro do nosso território.”

(Pe. Joaquim Rosa, svd)

Domingo, 21 de abril de 2024

2

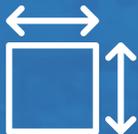
VISITAS NO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS

A agenda de visitas ao município de Adrianópolis/PR contou com os seguintes locais:

Visita à comunidade e à empresa Plumbum (desativada)

Visita ao Bairro Vila Bela, impactado pelas operações da empresa Supremo Secil Cimentos

Reunião com Grupo Formigas e lideranças locais

 + **1.349 mil hectares**

 **6.256 habitantes**

2.1 Contexto geográfico e histórico

Após inúmeras subdivisões territoriais, na década de 1930, por Decreto-Lei (1938) foi reconhecido o território de Paranaí. No entanto, pela Lei Estadual 4.525, em 1960, este é elevado à categoria de município, com a denominação de Adrianópolis. Homenagem ao empresário português Adriano Seabra da Fonseca, proprietário da fábrica de mineração Companhia Plumbum S/A, à época.² Atualmente, a população luta para retornar ao nome Paranaí.

O município de Adrianópolis localiza-se no sudeste do estado do Paraná, pertence à região metropolitana de Curitiba, devido à sua proximidade com a capital paranaense, com extensão territorial de 1.349,311 km². A população de 6.256 habitantes, conta com 35% na faixa etária até 24 anos (Censo IBGE/2022)³

Em 2021, os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo, por pessoa, registrava 41,7% da população. Sendo o percentual de 20,60% de população ocupada em referência ao total do município. Observando-se que 68% da população situa-se na área rural. Apenas 1% da população ativa economicamente trabalha em indústria extrativa (29 pessoas). O número de óbitos do município, em sua grande maioria, é diagnosticado por complicações com os aparelhos circulatórios e respiratórios (48%). O principal índice de violência é contra a mulher (62%).⁴



41,7% recebem até meio salário-mínimo

68% da população vive na zona rural

48% dos óbitos por complicações circulatórios e respiratórios

² <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/adrianopolis/historico>: consulta 03/05/2024:15h07

³ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/adrianopolis/panorama>: consulta 10/05/2024:09h54

⁴ <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83490&bt/2022>: consulta 03/05/2024: 15h33



A agricultura permanente baseia-se em arroz em casca, cana de açúcar, grãos: feijão, mandioca e milho, frutas; sendo que a horticultura, floricultura, aquicultura, a produção de sementes, mudas, a pecuária e produção florestal também mantém a região.

Em 2015, a mineradora Supremo Secil Cimentos se instalou no município, com o intuito de produzir 1,7 milhão de toneladas de cimento ao ano. O projeto “Paraná Competitivo” queria alavancar as arrecadações e mudar o perfil socioeconômico da região do Vale do Ribeira.⁵ A Supremo Secil produz mais de 1 milhão de toneladas de cimento por ano, com a retirada de calcário do solo do Vale.

O valor de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS)- Ecológico (descrito como Fator Ambiental- Mananciais de Abastecimento, Unidades de Conservação) repassado ao município, em 2023, alcançou a cifra de R\$ 4.086.943,38. Houve também o repasse pela exploração mineral (CFEM), base 2023, o valor de R\$ 1.270.609,66; e Distribuição da compensação financeira pela exploração mineral (CFEM), R\$ 557.291,40. As arrecadações tiveram por base as substâncias: Areia, argila e rocha carbonática.⁶

2.2 Visita à área da extinta empresa Plumbum

A empresa Plumbum S/A, fundada em 1937, foi autorizada como empresa de mineração em 1941 (Decreto Executivo 7.107). Em 1954, nos municípios de Adrianópolis e Cerro Azul/PR, começou a exploração de chumbo e prata. Pelo Decreto Executivo 55.107, em 1964, foi autorizada a lavar minério. Em 1995, encerra suas atividades devido ao esgotamento natural das jazidas de minérios.⁷

5 <https://www.brasilefato.com.br/2023/10/05/moradores-de-adrianopolis-pr-denunciam-supremo-secil-cimentos-por-poluicao-e-estragos-em-casas>: consulta 03/05/2024: 16h57

6 <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83490&bt/2022>: consulta 03/05/2024: 16:04

7 <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-apos-prosperidade-exploracao-do-chumbo-e-prata-em-adriano->



O principal índice de
violência é contra a mulher

62%

O que chama a atenção é que a empresa apresenta diversas razões sociais: Plumbum Brasil S/A, Plumbum Brasil, Plumbum S/A, Companhia Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda e Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda (2002).

Por 50 anos, a empresa Plumbum, com envolvimento de empresa francesa Penox Group, um dos líderes mundiais na produção de óxido de chumbo, extraiu minério de chumbo e prata, cerca de 210 mil toneladas de chumbo e 240 mil toneladas de prata, deixando aproximadamente 350 mil toneladas de escória de minério de chumbo exposta a céu aberto, às margens do rio Ribeira do Iguape.⁸ O que provocou poluição atmosférica e do solo, dos recursos hídricos, da fauna e flora. Comprovados em estudos de entidades universitárias e do próprio Poder Público, a exemplo da queda de PH das águas e sua contaminação, inclusive de produtos agrícolas.⁹

A partir de 2001, inúmeras denúncias da comunidade de Adrianópolis, com apoio de universidades, Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo e Paraná, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e ONGs, tentam responsabilizar a Plumbum. Muitas ações já foram protocoladas no Ministério Público Estadual e no Instituto Ambiental Paranaense, porém, até hoje, não há a esperança de solução imediata sobre os danos causados à população de forma individual e coletiva.



350.000

Toneladas de minério de chumbo exposta a céu
aberto, às margens do rio Ribeira do Iguape

[polis-e-adjacencias-gera-passivo-ambiental-e-contaminacao/consulta](#): 10/05/2024:11h02

⁸ <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pr-apos-prosperidade-exploracao-do-chumbo-e-prata-em-adriano-polis-e-adjacencias-gera-passivo-ambiental-e-contaminacao/>: 10/05/2024: 11h12

⁹ <https://www.cartacapital.com.br/saude/mineradora-que-contaminou-cidade-de-caetano-e-bethania-continua-ativa/>: 10/05/2024:12h32

2.3 Visita ao bairro Vila Bela

O vilarejo de Vila Bela e do KM 04, em Adrianópolis, são estruturados por poucas ruas, com residências populares - habitadas por famílias nativas, com meio de sobrevivência, em sua maioria, a partir de pequenas chácaras, comércios e serviços de mão de obra não especializados. A comunidade convive diariamente com os impactos e prejuízos lançados pela fábrica de mineração ali instalada.

A fábrica da Supremo Secil Cimentos pertence à holding Semapa, um dos maiores grupos industriais portugueses, com atividades baseadas em cimento, papel e celulose e área ambiental. A empresa está sediada na Av. Eng. Duarte Pacheco 19 7º, 1070-100 Lisboa, Portugal. País este signatário titular da OCDE, e que afirma cumprir orientações da GCCA, como principal atitude, reduzir o impacto da sua atividade na comunidade. Em sua política de sustentabilidade afirma garantir um futuro promissor, tendo em vista uma atuação com valores ambientais e de cidadania, com o objetivo de abrigar, proteger e unir pessoas.

Esta sociedade gestora, no relatório anual 2022, afirma comprometer-se com a Agenda 2030 das Nações Unidas, alinhado à sua estratégia, investimentos e atuação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O que pode ser questionado no Brasil.

O histórico de investimento dessa multinacional portuguesa, no Brasil, teve início com a instalação, em 2003, de uma fábrica em Pomerode/SC. Logo em seguida, em 2007, adquiriu a empresa Margem Cia de Mineração, em Adrianópolis. Com o objetivo de se tornar a principal empresa minerária do Sul do Brasil, em 2009, expande as instalações em Pomerode/SC. Após dois anos, com capital internacional (Cia de Cimento e Cal de Portugal), adquire parte do capital social da Supremo Cimentos. Contudo, em 4 anos, em 2015, compra 100% do capital da Supremo, e inaugura a empresa, em Adrianópolis, sob sua total responsabilidade. De 2016 até 2020, a empresa investiu forte em marketing, devido ao seu superávit financeiro, e decidiu mudar a identidade de sua marca: Padrão Supremo.¹⁰

Neste contexto, a Supremo Secil produz 5 produtos “de ponta” para o mercado. Um deles é o Maxifort Cimento Portland Composto.

Para chegar à comercialização desse produto, a Supremo Secil Cimentos desenvolve atividades de mineração (lavra), beneficiamento (britagem) e transporte de calcário, via correia Flyingbelt (correia aérea). Os principais minérios retirados das rochas para a produção de cimento são argila e calcário. No entanto, são utilizados outros minerais: óxido de ferro e alumínio, gipsita (gesso) e outras adições, como pozolana ou escória.

10 CONF. <https://www.supremocimento.com.br/historia/consulta> 10/05/24:16h38



A comunidade convive diariamente com os impactos e prejuízos lançados pela fábrica de mineração ali instalada.

2.4 Denúncias e reivindicações apresentadas pelas comunidades

Uma das principais violações denunciadas pela população do município de Adrianópolis diz respeito à empresa Supremo Secil Cimentos pelo não cumprimento das legislações municipais, estaduais e federais, em especial as regras de extração, produção e transporte de minérios (Conf. NRM/ANM 9.1 Prevenção contra Poeiras Minerais, NR 22.8 Transportadores Contínuos através de Correia, Norma Regulamentadora nº 15 - Atividades e Operações Insalubres, ABNT – NBR 9653; legislação ambiental pela Resolução CONAMA nº 491/2018; os 17 Objetivos do Milênio da ONU.

Outro ponto de discordância com a comunidade são as atividades de explosão, transporte com caminhões pesados, transporte por correias aéreas sobre as montanhas que contornam a área urbana e atravessa a BR 476, colocando em risco de acidentes graves tanto para as moradias quanto os veículos que percorrem a região.

A denúncia das famílias impactadas identifica, também, que os investimentos da Supremo, no município de Adrianópolis, não apresentam avanços econômicos e estruturais significativos para a população.

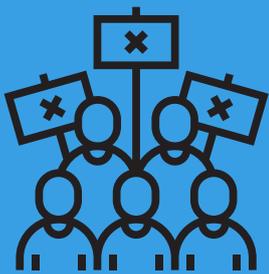
Constata que a mão de obra local tem muito pouco espaço no staff da empresa. Pois, a maioria dos funcionários são contratados de outros municípios do Paraná ou de outros estados do Brasil.

Por fim, a comunidade registra um descaso para com a **preservação ambiental**, gerando prejuízos tanto para a produtividade dos territórios, para a **saúde da população** e destruição de patrimônios geográficos e culturais da região.



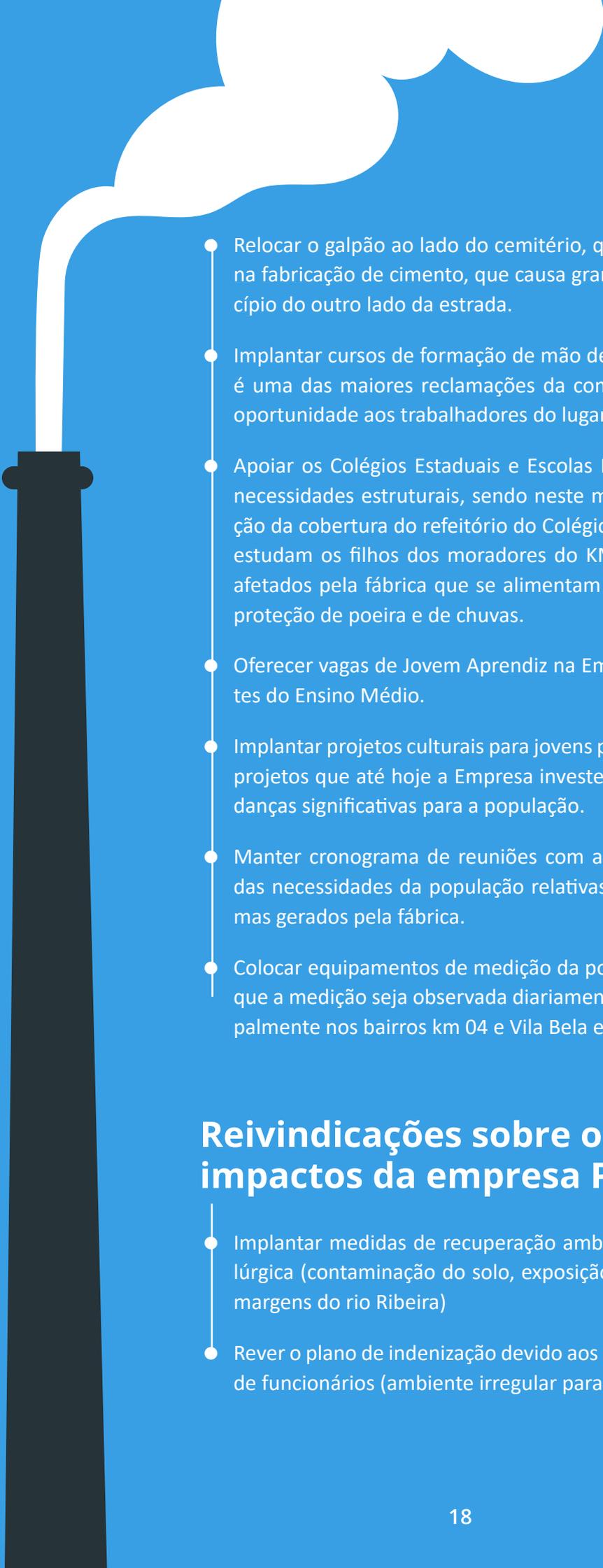
Alguns exemplos do descuido com a população:

- Acúmulo de pó de cimento e na quadra de esportes das escolas vizinhas da fábrica, o que causa acidentes nas crianças devido ao piso ficar escorregadio, além de alterar os horários de merenda.
- Grande acúmulo de resíduos de cimento nas calhas das residências da Vila Bela e nos telhados das escolas vizinhas da fábrica.
- Muito ruído para os moradores da Vila Bela e das escolas municipais vizinhas da fábrica.
- Os caminhoneiros cimenteiros jogam muito lixo nas vias públicas e trafegam em velocidade preocupante em área residencial, onde passa o transporte escolar.
- Muita fumaça e poeira lançadas no ar, o que causa desconforto aos moradores da cidade.
- Forte tremor nas casas da toda a cidade, causando rachaduras e infiltração de água, devido às explosões na pedra.
- Poeira excessiva na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, próximo à entrada da pedra - principalmente, após o período de chuvas, quando o asfalto seca e com a passagem dos carros, faz a poeira levantar-se.



Reivindicações:

- Retirar as famílias das casas do km 04 que estão embaixo da esteira e abaixo da rua (BR 476) (já houve casos de acidentes, obrigando as famílias a saírem do bairro).
- Visita de equipe técnica da Supremo, “in loco”, para análise de risco para as casas
- Reavaliação técnica sobre a fenda que existe no Km 04, no terreno onde se localiza o pé da esteira, por causa da erosão no solo, grande quantidade de lama e pedras rolam para as casas e rodovia, trazendo muita insegurança.

- 
- Relocar o galpão ao lado do cemitério, que armazena materiais usados na fabricação de cimento, que causa grande poeira às escolas do município do outro lado da estrada.
 - Implantar cursos de formação de mão de obra local para a fábrica. Esta é uma das maiores reclamações da comunidade local pois não se dá oportunidade aos trabalhadores do lugar.
 - Apoiar os Colégios Estaduais e Escolas Municipais da cidade em suas necessidades estruturais, sendo neste momento prioridade a construção da cobertura do refeitório do Colégio Estadual Santa Bárbara, onde estudam os filhos dos moradores do KM 04 e Vila Bela, bairros mais afetados pela fábrica que se alimentam em pátio sem cobertura, sem proteção de poeira e de chuvas.
 - Oferecer vagas de Jovem Aprendiz na Empresa para os jovens estudantes do Ensino Médio.
 - Implantar projetos culturais para jovens propostos pela comunidade. Os projetos que até hoje a Empresa investe no município não trazem mudanças significativas para a população.
 - Manter cronograma de reuniões com a comunidade para atualização das necessidades da população relativas às causas diretas dos problemas gerados pela fábrica.
 - Colocar equipamentos de medição da poeira e ruídos nos bairros (para que a medição seja observada diariamente pela população local, principalmente nos bairros km 04 e Vila Bela e escolas vizinhas).

Reivindicações sobre os impactos da empresa Plumbum

- Implantar medidas de recuperação ambiental na área da antiga metalúrgica (contaminação do solo, exposição de chumbo a céu aberto nas margens do rio Ribeira)
- Rever o plano de indenização devido aos acidentes de trabalho e mortes de funcionários (ambiente irregular para exercício do trabalho)

2.5 Grupo das Formigas e lideranças da região

“A responsabilidade de ter olhos quando outros já perderam a visão”

O Grupo das Formigas foi inspirado no engajamento social e pastoral da sociedade civil e das expressões religiosas, com particular destaque para a EAACONE: Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras - Vale do Ribeira/SP-PR assumiram a defesa das comunidades quilombolas de Adrianópolis. Área que estava ameaçada pela construção da barragem de Tijuco Alto de propriedade da CBA: Companhia Brasileira de Alumínio do Grupo Votorantim; sofrendo com os passivos sociais e ambientais da extinta Mineradora PLUMBUM de chumbo. Ao mesmo tempo, convivendo com os prejuízos trazidos à população pela Empresa de Cimento a SUPREMO, instalada no perímetro urbano de Adrianópolis.

Após muitas reuniões e audiências com o Poder Público, a comunidade criou um grupo de estudo, conscientização, reivindicações. Assim nasce o “Grupo das Formigas”, em meados de 2021. É um grupo da sociedade civil, com 95 membros do Vale do Ribeira, organizados com o objetivo de denunciar os prejuízos que a cidade enfrenta pelo descumprimento de leis de proteção ambiental e social dos investimentos hídricos, minerários e agronegócio na região.

Assim nasce o “Grupo das Formigas”, em meados de 2021. É um grupo da sociedade civil, com 110 membros do Vale do Ribeira, organizados com o objetivo de denunciar os prejuízos que as cidades de Adrianópolis/PR e Ribeira/SP enfrentam pelo descumprimento de leis de proteção ambiental e social dos investimentos hídricos, minerários e agronegócio na região, inclusive os danos ambientais causados ao rio Ribeira de Iguape que faz divisa entre os dois municípios. Sabemos que o Rio Ribeira de Iguape é um curso de água que banha os estados do Paraná e de São Paulo. Forma a bacia hidrográfica do rio Ribeira e o Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá, denominado Vale do Ribeira, o qual apresenta ricos ecossistemas aquáticos (rio, estuário e mar) e terrestres (duna, mangue, restinga e floresta ombrófila densa). Nasce dentro do Parque Nacional dos Campos Gerais, a aproximadamente 100 km de Curitiba, recebendo vários afluentes em seu percurso.

O grupo vem buscando parcerias com órgãos ambientais, universidades, organismos eclesiais e ONGs que possam orientar, dentro da legalidade, o direito dos moradores do município de Adrianópolis viver com qualidade de vida.

“As Formigas” declaram-se não ser contra a instalação da fábrica Supremo Secil Cimentos, mas, persistentemente, contra o **descaso com as reivindicações e necessidades da população local.**

Portanto, o Grupo Formigas torna-se um canal de comunicação entre a empresa Supremo com a comunidade, além de ser porta-voz de denúncias junto a diferentes espaços do Poder Público, para as grandes mídias e alternativa, impulsionando uma rede de apoio com organismos não governamentais.

Alguns testemunhos

“Tá cada dia mais difícil pra gente respirar aqui, por causa dessa poluição”

“A empresa está queimando, de noite, materiais para gerar energia, mas que tipo de lixo eles estão queimando?”

“Fizeram essas correias sobre as nossas moradias sem perguntar; depois de instaladas, já caíram pedras sobre as nossas casas”



Segunda, 22 de abril de 2024

3

Visita ao quilombo André Lopes



3.200,1662 hectares



3.1 Contexto geográfico e histórico

O Quilombo André Lopes, oficializado em 27/08/1988, mas com raízes fundantes em 1856, abrange uma área territorial de 3.200,1662 hectares, no médio Ribeira – Eldorado/SP. Recebeu essa denominação devido à lenda do naufrágio de um sargento-mor de São Sebastião/SP no território. Pode-se considerar que o Quilombo André Lopes é resultado de dois fatos: expansão territorial de grupos negros na área do entorno, como Ivaporunduva, São Pedro (antiga Lavrinha) e Nhunguara; e a fuga de homens do recrutamento da Guerra do Paraguai. O que provocou a movimentação de famílias para a região do Quilombo André Lopes.¹¹ O meio de subsistência do grupo permanece até hoje com o plantio de roças, a produção de farinha de mandioca, incluindo a apicultura.

Atualmente, os quilombolas de André Lopes estão sujeitos às ameaças de poderosos da mineração e das barragens. No entanto, os quilombolas destacaram a longa trajetória de luta e resistência dos povos do Vale, que garantiram conquistas e direitos dos territórios com a presença da Igreja Católica desde a década de 1970.



3.2 Denúncias e reivindicações apresentadas pelas comunidades

Os principais conflitos do Quilombo André Lopes advêm da falta de respeito à Constituição Federal de 1988 e das Leis de Proteção Ambiental, além da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Destacam-se:

- A falta de preservação de parques nos territórios das comunidades;
- A necessidade de reforçar o debate sobre a regularização fundiária;

11 [https://eaacone.webnode.com.br/quilombos-vale-do-ribeira/eldorado/andre-lopes/#:~:text=Fundada%20em%](https://eaacone.webnode.com.br/quilombos-vale-do-ribeira/eldorado/andre-lopes/#:~:text=Fundada%20em%20).

Consulta: 03/05/2024:09h38.

- Presença de projetos de construção de barragens;
- Questão da mineração – ser contra para defender os 300 anos de permanência no território.
- As recentes abordagens do Serviço Geológico Brasileiro de Pesquisas nos territórios, do qual as comunidades vetam a entrada. A empresa, que se caracteriza como mista, cujos interesses atrelam parcerias entre o público e o privado, tem a função de pesquisar tipos de minérios, localização e processos. Depois das análises, a empresa apresenta as informações ao mercado de exploração. É uma forma grave de ameaças aos territórios.
- Nas áreas em que as mineradoras invadiram, além dos estragos, as comunidades enfrentam os avanços de grupos que ameaçam com a exploração de minérios, barragens e plantação de Pinus, que geram grandes impactos socioambientais.
- Os grandes empreendimentos, além de avançar contra as comunidades na região, desenvolvem discurso e ações persuasivas capazes de cooptar os jovens das comunidades com a promessa de melhorias de vida.
- As comunidades possuem um Protocolo de Consulta Prévia dos Territórios do Vale do Ribeira/SP, que fortalece a reivindicação e permanência das comunidades quilombolas, respeitando seu modo de vida.
- Diversas ameaças: além da mineração, o assédio de crédito de carbono, a privatização de parques, ameaças do próprio governo com implantação de programas que beneficiam essas grandes empresas; luta pela demarcação e titulação de nossos territórios.



Alguns testemunhos

“Não bastasse tudo isso, lutamos pela demarcação e titulação de nossos territórios”

“O momento atual não é diferente de outros tempos”

“Precisamos defender políticas públicas para os territórios, para que os jovens não saiam daqui, e não enfraqueçam a luta”

RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

A missão da Comissão para Ecologia Integral e Mineração da CNBB ao Vale do Ribeira encontrou muitas comunidades quilombolas organizadas, vivendo com dignidade em seus territórios e reivindicando o reconhecimento integral de suas terras, que habitam ancestralmente. Comunidades que mantêm uma relação de integração e respeito com as outras criaturas e o bioma, preservando a natureza e valorizando economias locais, como a agroecologia, a produção de mel, o turismo comunitário, que podem ser potencializadas, para garantirem sua plena subsistência. Comunidades preocupadas em garantirem suas raízes culturais, sua identidade quilombola, apesar de sofrerem atitudes racistas e excludentes, e sua espiritualidade: estas são as raízes e as fontes de sua resistência.

A ameaça da mineração e de outras formas de extrativismo predatório, como o monocultivo de pinus ou as barragens hidrelétricas, disputam com estas comunidades o território. Reiteramos o direito moral e legal dos povos quilombolas dizerem não à mineração, em nome da sacralidade de sua relação com a terra e a ancestralidade. A Igreja Católica local acompanha de perto estas comunidades e apoia esta sua luta e reivindicação, contribuindo à organização das pessoas e de suas reivindicações, que já foram formalizadas e precisam ser respeitadas pelos agentes públicos e as instituições, particularmente o Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA) e o Ministério Público.

Existem, também, comunidades urbanas ao redor das quais já se instalaram empreendimentos ligados à mineração. Não temos os elementos para avaliar o nível de escuta e consulta realizado junto às famílias na época da instalação dos mesmos, mas escutamos e tocamos com a mão os diversos impactos que estes empreendimentos provocam sobre as pessoas e o território.

Também nestes contextos a Igreja local apoia as comunidades, escutando suas denúncias e reivindicações, organizando as pessoas para que cresçam na compreensão do contexto de violações ao qual estão expostas e dos direitos que continuam tendo e precisam continuamente exigir. Onde a mineração já se instalou, as comunidades cobram o poder público e privado para que cumpram sua responsabilidade social e ambiental e respeitem a legislação ambiental. Frente aos danos e violações, deve haver reparação integral. A tributação das mineradoras e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) devem estar a serviço das comunidades e serem administradas de forma participativa e transparente.

Escutando as comunidades visitadas durante a missão, a CEEM recomenda que sejam reforçados, apoiados e fortalecidos os processos que elas já estão realizando há anos:

- A formação das lideranças, a educação popular e a organização das comunidades na resistência ou reivindicação de seus direitos;
- A formação das jovens gerações, na disputa da narrativa dominante na sociedade e, particularmente, nas escolas, que tendem a replicar o padrão de desenvolvimento e progresso imposto pelos interesses do grande capital;
- O investimento nas economias locais, para sair da minerodependência e defenderem uma relação sadia, livre e integrada com o meio ambiente;
- A promoção da cultura, dos modos de vida e dos meios de produção dos povos quilombolas;
- A incidência junto ao poder público executivo e legislativo, tanto nos municípios como nos estados, disputando o direito à informação, à participação na gestão territorial e na relação com os grandes projetos econômicos, mas sobretudo investimentos e garantias de proteção da vida e dos direitos das comunidades locais;
- O debate público sobre o presente e o futuro da vida no Vale do Ribeira, disputando o conceito de “vocação mineira” destes territórios e mostrando a diversidade e fecundidade dos usos comunitários dos mesmos;
- Intercâmbios entre comunidades em resistência e denúncia, particularmente entre as comunidades rurais e urbanas;
- Registros fotográficos e documenta o das viola es que as comunidades estão sofrendo, sistematizando sem desanimar denúncias ao poder público e por meio dos meios de comunica o;
- Estudos sobre a qualidade do ar, os dejetos das atividades empresariais que se depositam nas casas, as condi es de saúde dos moradores e os motivos dos óbitos dos últimos anos. Recomenda-se, para isso, parceria com o mundo acad mico;
- Possíveis denúncias dos mesmos impactos e viola es nas sedes das empresas no exterior.

A missão da CEEM reitera seu pleno apoio às comunidades quilombolas e urbanas visitadas, bem como às comunidades indígenas da região, que não foi possível encontrar. Agradece a Igreja local, tão empenhada em defesa de seus direitos, e -de modo particular- dom Manoel Ferreira dos Santos, bispo de Registro (SP), que recebeu a missão no final de suas visitas e mostrou quanto a Diocese de Registro conhece e acompanha a vida e as reivindica es do povo de Deus.

Recomenda   Igreja fidelidade aos excluídos/as e cuidado da Casa Comum, em nome do Evangelho e em busca da vida plena que Jesus de Nazaré anunciou e continua promovendo e defendendo, ressuscitado e vivo no meio das pessoas que fazem sua memória.

Clipping

Site -cepast-CNBB

Delegação da CNBB visita comunidades afetadas pela mineração no Vale do Ribeira de São Paulo e Paraná

<https://cepastcnbb.org.br/delegacao-da-cnbb-visita-comunidades-afetadas-pela-mineracao-no-vale-do-ribeira-de-sao-paulo-e-parana/>

Site – Instituto Humanitas Unisinos

Os povos do Vale lutam pelo direito de permanecer e produzir em seus territórios e denunciam empresas mineradoras

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/638955-delegacao-da-cnbb-visita-comunidades-afetadas-pela-mineracao-no-vale-do-ribeira-de-sao-paulo-e-parana>

Site cepast – CNBB

Ecologia Integral e uma visita às entranhas da terra

<https://cepastcnbb.org.br/colunista/ecologia-integral-e-uma-visita-as-entranhas-da-terra/>

Série de reportagem sobre a missão no Programa Igreja em Saída da TV Aparecida

Primeira episódio – Missão solidária da CEEM aos povos do Vale do Ribeira SP/PR

https://www.youtube.com/watch?v=HwpvtjbjvUU&list=PLynfCIZM8w1-rMIgoN_DP9LU5SHDzh4so&index=6

Segundo episódio – Missão solidária da CEEM aos povos do Vale do Ribeira SP/PR

https://www.youtube.com/watch?v=jiJR9vivHYk&list=PLynfCIZM8w1-rMIgoN_DP9LU5SHDzh4so&index=5

Terceiro episódio – Missão solidária da CEEM aos povos do Vale do Ribeira SP/PR

https://www.youtube.com/watch?v=khr9fcCgLro&list=PLynfCIZM8w1-rMIgoN_DP9LU5SHDzh4so&index=2

Site Missionários do Verbo Divino

Equipe da Ecologia Integral da CNBB em visita ao Vale do Ribeira

<https://verbodivino.org.br/f/equipe-da-ecologia-integral-da-cnbb-em-visita-ao-vale-da-ribeira>

ANEXO

1. DADOS GEOGRÁFICOS E GEOQUÍMICOS DO VALE DO RIBEIRA – SP/PR

O Vale do Ribeira é uma região formada por 21% da Mata Atlântica, no limite brasileiro. O território se localiza ao sul do estado de São Paulo (1.711.533 ha.) e ao leste do estado do Paraná (1.119.133 ha.), totalizando uma área de 2.830.666 hectares. O Vale é margeado pela bacia hidrográfica do rio Ribeira (nascendo em Cerro Azul/PR é considerado rio federal, sem interrupção em seu curso) e do rio Iguape, além do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananeia e Paranaguá. A área territorial do Vale do Ribeira é dividada em 28 municípios, 21 no estado paulista e 7 no paranaense; concentrando uma população de 318.475 (Censo Demográfico/2022). O município de Registro/SP, fundado em 1934, é considerada a capital do Vale do Ribeira, por ser a maior cidade da região.

As principais aptidões da região do Vale se constitui em apicultura, meliponicultura, bananicultura, balbalinocultura, criação de ostras, floricultura e plantas ornamentais, fungicultura, olericultura, piscicultura e pesca, pepração de chás, pupunha, silvicultura¹; acrescenta-se, também, as pequenas agriculturas de sobrevivência: arroz, feijão, mandioca, milho entre outros. No entanto, há décadas, o território está sendo identificado como fonte de exploração de recursos minerais.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Brasil abriga, no mínimo, 8 bens minerais que podem gerar um superávit para o País, são os minérios: alumínio, cobre, ferro, grafita, ouro, manganês, nióbio, urânio². Segundo o Plano Nacional de Mineração, do Ministério de Minas e Energia, o Brasil objetiva, até 2030, ampliar de 3 para 5 vezes a exploração de minério, destacando-se na América Latina. Particularmente, no Vale do Ribeira, com seu patrimônio geoambiental, a mineração é identificada como o “Futuro do Vale”. Veja o mapa com o potencial minerário do Vale.

Estado de São Paulo:

Apiáí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananeia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juititaba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Ribeira, São Lourenço da Serra, Sete Barras.

<https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/patrimonio-natural-com-cavernas-e-mata-atlantica-preservada-conheca-o-vale-do-ribeira> (20/05/24)

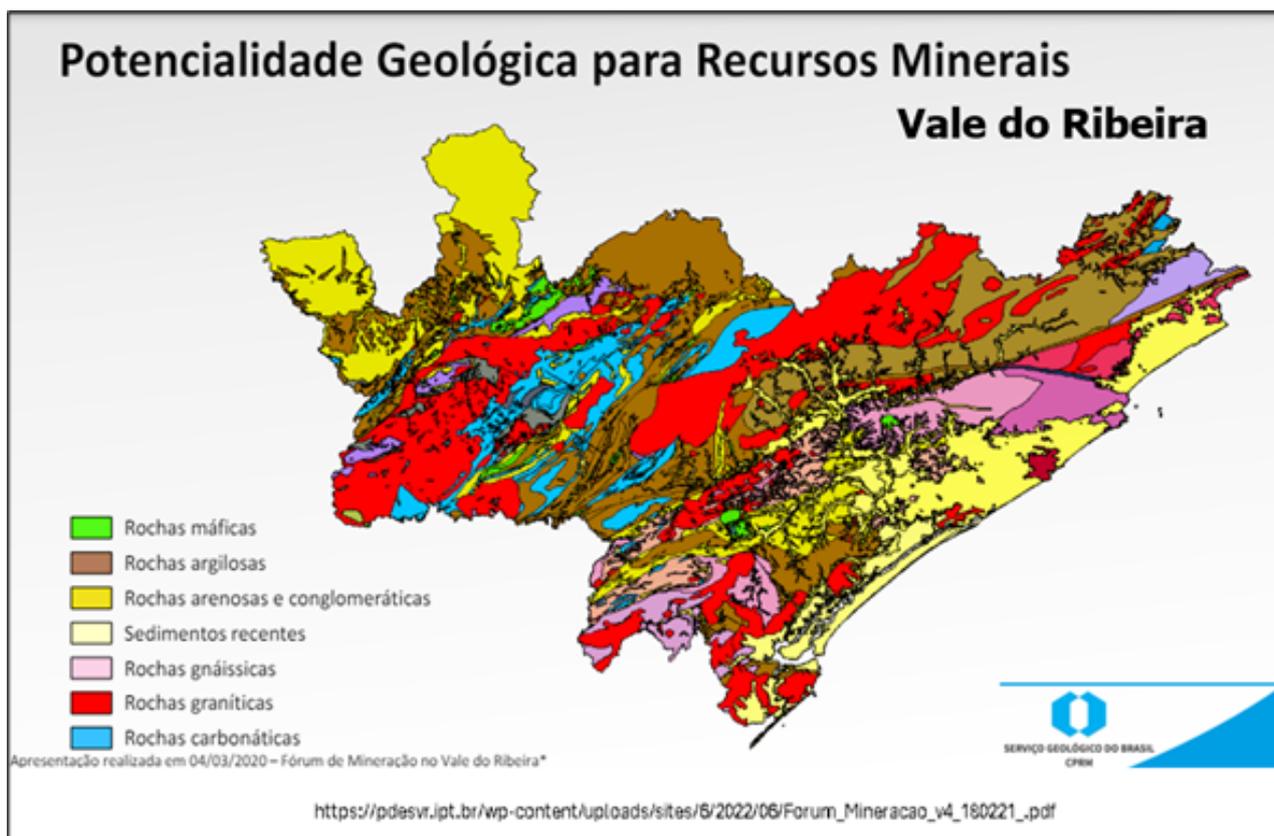
Estado do Paraná:

Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.

<https://www.amep.pr.gov.br/FAQ/Municipios-da-Regiao-Metropolitana-de-Curitiba> (21/05/24)

1 https://www.valedofuturo.sp.gov.br/observatorio-de-indicadores/indicadores_economia_mercado_trabalho.php: consulta 02/05/2024: 08h16

2 <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cme/apresentacoes-em-eventos/apresentacoes-em-eventos-2021/19-10-2012/CPRM%20-%20Esteves%20Pedro.pdf>: 02/05/2024:09h47



Com os potenciais rochosos da região, os investidores da construção civil, da indústria química e outras, querem adentrar a esse território para coletar, de forma indiscriminada, os minerais para comércio nacional e internacional.

MINERAL	DESTINO	OBSERVAÇÃO
Areia, argila, brita, caibro, calcário (cimento), granito	Construção Civil	Agregados, cerâmica e revestimentos
Xisto, gnaisses	Uso industrial e outros	Abrasivos = granada
Calcário e turfa	Agricultura e jardinagem	
Filito, caulim, quartzito, talco	Uso industrial e outros	Carga mineral
Fluorita	Indústria química	
Tungstênio, molibdênio	Uso industrial e outros	Ligas metálicas
Cobre, ouro, chumbo-zinco-prata	Uso industrial e outros	Ligas metálicas
Água mineral	Diversos	

2. DADOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

O Vale do Ribeira, no século XVI, foi habitado por indígenas seminômades, que se dedicavam à atividade da pesca, caça e cultura da mandioca. E, com a colonização dos portugueses, essa população foi usada como mão de obra escrava, tanto na agricultura como na extração de ouro de aluvião (encontrado nos vales dos rios). Logo em seguida, os negros advindos do Continente Africano somaram-se a esse grupo e foram, também, cruelmente explorados. “Com o declínio da primeira fase da mineração de ouro, em meados do século XVII, surgiram os quilombolas – descendentes de negros escravizados, fugidos ou libertos”³, ou ainda abandonados pelos seus donos.

Os quilombos, territórios ocupados pelos quilombolas, desde então, sofrem perseguição constante, instalando-se a discriminação racial e ambiental, gerando profundas marcas socioculturais. Na área do Vale do Ribeira concentra-se o maior número de comunidades quilombolas do estado de São Paulo; presentes nos municípios de Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo.

Atualmente, o Vale do Ribeira é dividido em três áreas distintas, assim nomeadas pelas organizações populares: Alto Vale, Médio Vale e Baixo Vale. Cada área determina o território de vários quilombos. **Alto Vale:** Vale Cangume, Porto Velho, Maria Rosa, Piloês, Praia Grande, Bombas, Piririca; **Médio Vale:** Vale Pedra Preta / Paraíso, Ribeirão Grande / Terra Seca, Cedro, Reginaldo, Ilhas: Abobral - Margem Direita, Abobral - Margem Esquerda, Ivaporunduva, Pedro Cubas, Pedro Cubas de Cima, André Lopes, Sapatu, Ostra, Poça, Engenho, Nhunguara, São Pedro, Galvão; **Baixo Vale:** Peropava, Biguazinho, Aldeia, Morro Seco, Porto Cubatão, Rio das Minas, Retiro Ex Colônia, Mandira.⁴

É exatamente nesses territórios em que os quilombolas tentam defender, a qualquer custo, a natureza com seus potenciais. Entretanto, é de suma importância a defesa das tradições dos povos, sua ancestralidade, enfim, sua cultura. Os quilombos, com mais de 400 mil habitantes⁵, tornaram-se ambientes de resistência, de luta por dignidade e reconhecimento dos direitos constitucionais (como a titulação de suas terras); local de celebrações e festa.

O Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira é reconhecido e titulado como um Patrimônio Cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).⁶ Ou seja, possui inúmeros bens tombados pela UNESCO, IPHAN, CONDEPHAAT e demais órgãos de preservação municipais. Região que abriga reservas ambientais da Mata Atlântica, construções históricas, sambaquis e outros equipamentos culturais.

Além dos quilombos, é registrada a presença de outras comunidades: caiçaras, jangadeiros, pescadores, japonesa e indígenas: Guarani Mbyá e Tupi, Kaingang, Krenak e Terena.

A principal reivindicação dos povos remanescentes é o reconhecimento como povos tradicionais, reparação das violações, acesso às políticas públicas e o direito de permanecerem em seus territórios.

3 EAACONE- Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira PR/SP-fev/2024: consulta 02/05/2024: 13h08

4 Idem: 14h10

5 <https://www.quilombosdoribeira.org.br/vale-do-ribeira>. Consulta 02/05/2024: 15h55

6 Idem: 15h38



cepastcnbb.org.br



@cepastcnbb



ceem@cnbb.org.br

